

FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – QUESTÕES FUNDAMENTAIS E MUITAS CONTROVÉRSIAS

Vilma BARBAN¹

Realizou-se entre 16-22 março/09 o 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, Turquia, com 25 mil participantes representando governos, agências das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, universidades, empresas e indústria, grupos indígenas, grupos da juventude e dos meios de comunicação, conforme relatório oficial do evento. Dessa forma, é o maior evento internacional sobre água doce que anuncia como objetivos “permitir multi-participação e de diálogo para influenciar decisão política a nível mundial sobre a água, na busca do desenvolvimento sustentável”.

O evento organizou-se em grandes seções, constando de: cinco painéis de “alto nível” que abordaram: água e desastres; finanças; água, alimentos e energia; saneamento, e adaptação; seções temáticas, com seis grandes temas, distribuídos em mais de 100 seções, abrangendo a mudança global e gestão do risco; promoção do desenvolvimento humano e os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM); gestão e proteção dos recursos hídricos; governança e gestão; financiamento; educação, conhecimento e desenvolvimento de capacidades. Além disso, integra um processo político, subdividido em quatro âmbitos: chefes de Estado, ministros; parlamentares e autoridades locais. Ainda segundo o informe oficial do Fórum: os chefes de estado aprovaram recursos de vulto para a ação dos governos; os ministros adotaram uma Declaração Ministerial; os parlamentares resumiram os debates sobre numerosas controversas nas questões em torno da água, e as autoridades locais adotaram o Consenso da Água de Istambul.

Vale observar que todas essas declarações são aclamadas por maioria, envolveram muitas negociações e comportaram muitas controvérsias, ressalvas e ausências de acordo. Neste artigo abordaremos algumas dessas questões².

Questões polêmicas no Fórum Mundial

Como em todas as questões urgentes e vitais, este Fórum, que em tese reúne interessados de todos os países nas questões da água, agrega também uma série de questões controvertidas que passo a resenhar na seqüência do artigo.

a) O Conselho Mundial da Água (WWC)

A começar pelo próprio Conselho Mundial da Água (WWC) que organiza o Fórum da Água e o convoca o evento a cada três anos, em um país que aceitou o acolher. Conforme relatório oficial “O WWC, um grupo de reflexão política internacional criado em 1996, que se centra nas preocupações globais sobre as pressões sobre os recursos de água doce no planeta. O Fórum é um processo aberto a todos e tem por objetivo: aumentar a importância da água na agenda política; apoiar profundas discussões internacionais para ajudar a resolver os

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica. Coordenadora de projeto no Instituto Pólis, área “Fortalecimento da Sociedade Civil Local”. São Paulo – SP – Brasil. 01220-20 - vilma@polis.org.br

² Este texto é parte de um relatório comentado, um pouco da minha observação sobre estes fóruns (oficial e alternativo) e informações foram buscadas em abril/2009: no relatório oficial do Fórum Mundial, disponível na internet e em outras fontes. Vide referências no final.

problemas da água no século 21, formular propostas concretas, e gerar políticas de compromisso. O Fórum Mundial da Água tem lugar no contexto de diálogos entre organizações internacionais, regionais e nacionais da água”.

Conforme outros informativos, o Conselho Mundial da Água, com base em Marselha, no sul da França, é “financiado por mais de 300 organizações de 60 países, incluindo empresas de água, governos, instituições e associações hidrológicas envolvidos na investigação, aplicação e educação”. É composto também por representantes das principais empresas privadas de água, como Suez, Vivandi e Sauer, que controlam 75% do mercado mundial de água. Assim, não é estranho que entre os principais eixos de discussão fossem as intervenções sobre a construção de infra-estruturas como as grandes barragens. Conforme o *International Rivers*, “o Conselho Mundial da Água tem tutelado a privatização dos sistemas hídricos urbanos, como meio de melhorar o bem-estar das comunidades de países pobres, enquanto a realidade é que a água está sendo usada para gerar lucro e não para solucionar a crescente sede do mundo. A privatização dos sistemas hídricos urbanos tem provocado conflitos em todo o mundo, e as comunidades que venderam os seus direitos à água enfrentaram acesso limitado, tarifas mais elevadas e a má qualidade da água”.³

Alem disso, pode-se dizer que o 5º Fórum tenha sido um processo excludente, com pouca participação de pessoas comuns, da sociedade civil. Primeiramente, pela taxa de inscrição: das pessoas dos países desenvolvidos foram cobrados 400 euros, enquanto que para as dos países em desenvolvimento 240 euros. Essa cobrança tornou mais difícil a participação de grupos da sociedade civil. Os organizadores definiram apoio para alguns participantes, bancando a taxa de inscrição, a hospedagem e transporte local (eu mesma recebi esse apoio para participar). Mas foram poucos e o processo de escolha foi a critério dos organizadores.

Houve também exclusões maiores. No dia da abertura do Fórum, grupos de manifestantes pretendiam protestar pacificamente contra a privatização da água na Turquia e contra a construção de uma represa, o controvertido projeto Illusu. Eles se dirigiram à porta principal do Fórum visando emitir declarações para a imprensa e foram recebidos com uma brutal repressão por parte de um enorme contingente de policiais usando gás lacrimogêneo, canhões água, balas de borracha e vidro, etc, e presos alguns manifestantes. Na seção inaugural do Fórum, duas ativistas da ONG *International Rivers* levantaram-se e desfraldaram uma faixa “Não a Barragens de Risco”. Imediatamente foram cercadas por uma quantidade de seguranças, retiradas do local, presas e tiveram que abandonar o país no dia seguinte, sob pena de enfrentar um ano de prisão turca. Apesar do protesto de muitas pessoas, a organização do fórum nada fez e não se pronunciou.

Parece que a própria legitimidade deste Conselho Mundial da Água que coordena o Fórum está sendo questionada. Até o presente, muitas ONGs, grupos da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais e ativistas têm participado do Fórum Oficial desafiando esse Conselho. Durante o 5º Fórum juntou-se a estes dissidentes o Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. Em um discurso - liberado pelo seu consultor sênior em água Sra. Maude Barlow que fez inúmeras declarações a imprensa, - o presidente das Nações Unidas, Miguel d'Escoto Brockmann, disse que os futuros fóruns devem, “conduzir as suas deliberações, sob os auspícios das Nações Unidas.” Ele também se pronunciou a favor da garantia de acesso à água potável como um direito fundamental. Além disso, representantes de 16 países - dentre os 25 países que assinaram a declaração alternativa em que reconhecem a água como um direito humano - assinaram uma declaração apelando aos “estados-membros a desenvolverem um fórum mundial da água no âmbito da Organização das Nações Unidas, com base nos princípios da democracia, da plena participação, equidade, transparência e inclusão social.”

³Consultas: *International Rivers*

Observe-se que Brasil não assinou esta declaração.

Paralelamente ao Fórum oficial, ocorreu o Fórum Alternativo, com o emblema da campanha “Um outro gerenciamento de água é possível”, de 20 a 22/03/09, na *Istanbul Bilgi University Santralistanbul*, Campus com participação de cerca de mil pessoas de vários países. Este grupo exige, também, que o acesso à água e ao saneamento seja declarado um direito humano, e engrossa o coro daqueles que querem um próximo Fórum sob os auspícios das Nações Unidas.

b) **Água: direito humano ou mercadoria?**

A água é um bem público, é um direito humano ou apenas um bem essencial para o desenvolvimento humano? O controle do seu acesso, distribuição e tratamento (saneamento) deve ser público, público-privado, privado ou em gestão partilhada com a comunidade de usuários?

Como uma comunidade (uma associação de moradores ou de produtores rurais) participa de um conselho gestor junto com os técnicos de “alto nível” como da FIESP, Sabesp, por ex, no caso de São Paulo?

Desde o 1º Fórum Mundial da Água, realizado em Marrakech, Marrocos, em 1997, as principais controvérsias centram-se entre a **favor ou contra** tratar a **água como um bem comercializável**. Este tem sido um dos pontos mais acalorados nesses fóruns: a questão da água como um direito humano e as recusas de tratá-la como uma mercadoria, em que a privatização dos serviços da água é a sua face mais visível e nem sempre a mais preocupante. Em vários lugares onde foi privatizada (por ex., no Chile, Bolívia), ao menos na América Latina, acabou se revertendo para o controle público, depois de muitos movimentos de contestação, e não parece ser a área mais rentável para as empresas. Mas a proposta permanece, por ex. na Turquia.

No 4º Fórum Mundial da Água, no México em 2006, houve grande debate sobre adotar na declaração Ministerial a água como um direito humano, posição defendida por Bolívia, Cuba, Venezuela e Uruguai, contra a proposta da União Européia, que apenas declarou (e foi a proposta vencedora) a água como criticamente importante para o desenvolvimento humano. O Brasil se somou a essa última posição.

No 5º Fórum essa questão volta à tona. Durante as seções temáticas ganha fôlego, quando no tema "educação, conhecimento e capacidade construção", András Szöllösi-Nagy, da UNESCO- Programa Hidrológico Internacional (UNESCOIHP), observou que o projeto de Declaração Ministerial estava mais fraco do que as questões tratadas durante as reuniões preparatórias. Na seção temática governança e gestão foram discutidas as boas práticas de governo e aplicação do direito humano à água e ao saneamento básico: representantes de governos, de agências de água e serviços públicos competentes, de desenvolvimento e outros setores discutiram o papel do governo em matéria de reconhecimento e execução das políticas de direito humano à água. Eles ouviram uma apresentação de peritos independentes do mandato da ONU sobre a Água e Saneamento para avançar o diálogo sobre o direito à água e saneamento.

Na reunião final dos ministros de Estado, não houve consenso: mais de vinte países desafiaram e contestaram oficialmente a declaração ministerial, no Fórum, que define a água como uma necessidade humana e não um direito humano, através de uma contra declaração. Países da América Latina têm desempenhado um papel fundamental no debate e recolheram assinaturas para uma declaração que reconhece o acesso à água e ao saneamento como um direito humano e compromete-se a todas as medidas necessárias para a aplicação progressiva

do presente direito ⁴. A crescente lista inclui atualmente (em ordem alfabética): Bangladesh, Benin, Bolívia, Chade, Chile, Cuba, Equador, Etiópia, Guatemala, Honduras, Marrocos, Namíbia, Níger, Panamá, Paraguai, África do Sul, Espanha, Sri Lanka, Uruguai, Venezuela e Suíça (embora esta última tenha declarado seu apoio a um processo formal de assinatura, o que levará meses para ser finalizado).

Além disso, nove países já assinaram igualmente uma declaração em que se apela aos Estados para desenvolver um fórum mundial da água no âmbito das Nações Unidas com base nos princípios da democracia, da plena participação, equidade, transparência e inclusão social. Esta lista inclui atualmente: Benin Bolívia, Chile, Cuba, Equador, Honduras, Panamá, Paraguai, Venezuela.

O Fórum Popular da Água, uma coalizão da sociedade civil e do trabalho representando cerca de 70 países, apelou para a água ser reconhecida como um direito humano e para que se termine com o Fórum Mundial da Água. “Esta é uma vitória para todos os nossos grupos que vêm trabalhando há mais de 15 anos para a água a ser reconhecida como um direito humano”, diz Maude Barlow.

Maude Barlow, assessora sênior para a Assembléia Geral das Nações Unidas e Food & Water Watch Board Chair, juntamente com os defensores de uma coligação internacional sobre questões a água e justiça ⁵, denunciou o Fórum Mundial da Água com a posição de privatização da água e defendeu o acesso público à água potável e saneamento como um direito humano: “Por vários anos, o Conselho Mundial da Água tem usado este fórum para criar a ilusão de um consenso mundial em torno de esquemas arriscados de privatização. Mas privatizar os sistemas hídricos não é um meio eficaz de proporcionar este recurso essencial para 6,7 bilhões de pessoas que dependem dele para viver. A água é um bem público e um direito humano. Não é uma mercadoria, nem o seu valor deve ser determinado por interesses corporativos”. Acrescenta que o Fórum promovido pelos “senhores da água” defensores da privatização dos recursos excluiu as vozes dissidentes (ativistas representando países pobres, zonas rurais etc).

O Brasil também não assinou esta declaração. Ao contrário, conforme documento do movimento global de defesa da água: “O principal resultado deste fórum foi a recusa em reconhecer a água como um direito humano pela maior parte dos países, dentre eles o Brasil, que junto com Estados Unidos e Egito, foi um dos principais opositores ao reconhecimento deste direito na declaração final do encontro” ⁶.

c) Grandes barragens e represas são forma eficiente de infra-estrutura?

⁴ Newswire.

⁵ Em anexo a declaração da Articulação e Fórum Alternativo, Istanbul.

⁶ “No mínimo, essa conduta é um retrocesso ou uma contradição em relação à posição do país defendida pelo presidente Lula em 2006, quando declarou que ‘a água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano’. É também um dos pilares do desenvolvimento econômico e social” (PNUD- Relatório de Desenvolvimento Humano/ 2006, Capítulo 2). (MELO, 2009). Nesse mesmo documento informa que “[...] conforme declarações de representantes do governo, o Brasil, que detém no seu território 12% de toda a água doce disponível no mundo, não defende o reconhecimento da água como um direito humano para evitar riscos à soberania do país sobre os recursos hídricos. Houve falta de transparência no processo: o governo brasileiro não convocou nenhum debate público durante os vários meses em que se preparou para este evento e não informou a posição que o país apresentaria no FMA. Oportunidades não faltaram. Às vésperas do Fórum Mundial da Água, enquanto representantes do governo reuniam-se no Itamaraty para finalizar sua posição, o Comitê de Saneamento do Conselho das Cidades reunia-se ao lado, debatendo o marco regulatório da lei de saneamento. Ali estavam vários segmentos da sociedade e do governo diretamente envolvidos no tema e que deveriam ser ouvidos e contribuir para a formulação da posição do Brasil em Istanbul.” Ver Melo (2009).

Neste quesito há defesas controversas: barragens e represas são uma "eficiente" forma de atenuar a seca e os impactos das inundações? Ou ainda qual a importância dos recursos naturais tais como as bacias hidrográficas e aquíferos além de construir infraestruturas tais como barragens e diques? Qual a melhor forma de preservação dos ecossistemas naturais?

Há arguições acaloradas de ambos os lados, pois é evidente que a construção de grandes barragens e transferências de bacias hidrográficas é um excelente recurso para as grandes construtoras capturar o dinheiro público, como tem sido uma constante no Brasil, inclusive em prejuízo de países vizinhos.

Essa questão entrelaça-se com outras como o caso da construção da represa de Illusu, na Anatólia, em pleno Curdistão turco.⁷ As autoridades turcas sublinharam a necessidade de gerir o rio Tigre e Eufrates de forma equitativa, razoável e otimizada, mas notaram que, embora dispostos a cooperar, interferências em seus negócios tornaram-se desconfortáveis. Enquanto algumas autoridades locais aprovaram plenamente moção, outros disseram que não assinariam, a menos que a referência a "transferência inter-bacias" fosse removido do documento. Outros opõem a supressão da frase. Foi sugerido limitar a referência para "dentro de fronteiras nacionais", mas várias autoridades se opuseram a esta proposta, devido aos "potenciais importantes destas transferências para os países em desenvolvimento com águas transfronteiriças". Não houve consenso.

d) Acesso e proteção da água potável e saneamento na Palestina

Foram também longamente debatidas nas seções temáticas as dificuldades de acordo, dado o conflito entre Palestina e Israel e a faixa de Gaza, que limita o acesso à água à Palestina⁸, e a gestão da água durante e após catástrofes e conflitos: as catástrofes são inicialmente caracterizadas por uma intensa cobertura mediática e de boa vontade de doadores, mas que abre uma lacuna financeira internacional uma vez que essa atenção diminui. Quanto ao acesso e proteção da água potável e saneamento na Palestina, várias agências de desenvolvimento destacaram a dificuldade de negociar com Israel para transferir materiais e trabalhadores em Gaza. Enquanto alguns oradores sugeriram que a dessalinização poderia ajudar a aliviar problemas do acesso à água na Palestina, outros argumentavam que esta solução tecnológica está disponível, mas que o acesso é injusto.

Foi discutido ainda o desafio de gestão de recursos subterrâneos transfronteiriços e a necessidade de proteger recursos não-renováveis subterrâneas, nomeadamente no contexto das alterações climáticas.

⁷Conforme declaração do Fórum Alternativo: "Ao longo de dez anos, as pessoas afetadas têm manifestado intensa oposição a estes projetos, em particular a barragem de Illüsü, que faz parte de um projeto mais vasto irrigação e produção energética conhecido como o Projeto Anatólia Sudeste (GAP). A Barragem de Illüsü é dos mais criticados projetos de barragem a nível mundial e é particularmente complexo e preocupante devido às suas implicações sobre a política internacional no Oriente Médio. A barragem está situada na região curda onde ocorrem reiteradas violações dos direitos humanos relacionadas com a questão não resolvida do povo curdo. O governo turco utiliza a GAP para dificultar a subsistência do povo curdo e para eliminar os direitos políticos e culturais. Além disso, a Illisu destruirá sítios históricos, arqueológicos e ecossistemas."

⁸Embora Israel tenha sérios problemas com recursos hídricos, detém o controle dos suprimentos de água, tanto seus como da Palestina. Além de restringir o uso d'água, luta pela expansão do seu território para obter mais acesso e controle deste recurso natural. Ali, ele é o "dono" das:- águas superficiais: bacia do rio Jordão (incluindo o alto Jordão e seus tributários), o mar da Galiléia, o rio Yarmuk e o baixo Jordão; - águas subterrâneas: 2 grandes sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha (totalmente sob o solo da Cisjordânia, com uma pequena porção sob o Estado de Israel), aquífero de Basin e o aquífero Costeiro que se estende por quase toda faixa litorânea israelense até Gaza.

e) Saúde, dignidade e progresso econômico: o caminho da igualdade de gênero

Nesse item não observamos especificamente conflitos, mas principalmente a novidade do destaque do gênero e mulher em várias seções do fórum. As intervenções sobre a participação da mulher foi longamente preparada. Desde fevereiro/09, em Nairobi, no Quênia, reuniu uma rede de ministros da mulher e líderes do meio ambiente e recomendaram que as mulheres sejam reconhecidas como fundamentais para a proteção, gestão e manutenção de água e de recursos ambientais; políticas e estratégias de gestão ambiental da água e respeito às diferenças entre sexos, e uma atenção especial ao sexo e desenvolvimento de gênero, e à coleta de dados provendo indicadores desagregados de gênero para monitorar implementação de políticas nacionais e multilaterais.

Recomendações do Fórum insistem em que instalações sanitárias adequadas devem ser previamente avaliadas para liberar financiamento para a saúde e projetos educativos, ainda que a água e saneamento não sejam a mesma questão e que ambos têm dimensões únicas relacionadas com o gênero. Foram apresentadas experiências no Quirguizistão, Uzbequistão e Tadjiquistão, observando o seu sucesso na formação de mulheres como facilitadores regionais em água e saneamento. A Ministra da Mulher e Assuntos Familiares da Turquia salientou a necessidade do envolvimento de mulheres em processos de tomada de decisão, enfatizou a importância da sensibilização e capacitação e o papel específico das mulheres na agricultura e na irrigação, enquanto a Ministra do Desenvolvimento Rural da Índia destacou a discussão de tabus em torno da menstruação e defecação. Ela enfatizou que as instalações sanitárias devem ser contexto adequado para questões como a segurança, a disponibilidade de água e as necessidades das crianças, bebês e adultos.

Os participantes discutiram ainda a gestão em relação à catástrofe; gênero e a utilização de dados desagregados de água e as barreiras sociais para usar a toailete seca Ecosan; a criação e utilização de indicadores de gênero, o recolhimento de dados, o financiamento de água e saneamento, e de construir capacidades para a participação das mulheres.

Finalizando

A água é componente fundamental da dinâmica da natureza, impulsiona todos os ciclos, sustenta a vida e é o solvente universal. Sem água, a vida na Terra seria impossível. A água é o recurso natural mais importante e participa e dinamiza todos os ciclos ecológicos; os sistemas aquáticos têm uma grande diversidade de espécies úteis ao homem e que são também parte ativa e relevante dos ciclos biogeoquímicos e da diversidade biológica do planeta Terra (TUNDISI, 2003).

A água doce é um recurso finito, essencial para a saúde humana e do ecossistema, visto que todos os organismos vivos utilizam para suas funções vitais e o homem, além disso, para quase todas as atividades de produção. Estima-se em 1.386 milhões de km³ o total de água disponível neste planeta. Relacionando o montante de água doce proveniente dos rios disponíveis (40 mil km³/ano – ONU, 1997) com o contingente populacional da Terra, calcula-se que as águas dos rios correspondem a uma média per capita de 7.055 m³/ano, valor superior a 2 mil m³/ano, considerado o mínimo necessário para atender as atividades humanas (GLEICK, 1996). No entanto, sua distribuição é extremamente desigual.

Embora as questões da água constem há muito tempo na agenda internacional, o debate sobre como satisfazer a crescente demanda mundial de água doce tem se intensificado nos últimos anos: atualmente mais de 800 milhões de pessoas no planeta não têm acesso à água

potável, enquanto cerca 2,5 bilhões não têm acesso a saneamento adequado; 125 milhões de crianças menores de 5 anos vivem em casas sem acesso a água potável, portanto, vulneráveis a doenças fatais. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relatório de 2009, prevê que, em 2030, cerca de 3,9 bilhões de pessoas (metade da população do mundo), enfrentarão graves problemas para ter acesso a água. Isso sem considerar os impactos das mudanças climáticas, que poderão agravar substancialmente este quadro. Sem dúvida são questões urgentes, embora boa parte das pessoas, particularmente em nosso país, onde teoricamente **tem água em abundância**, relevem a dramaticidade deste problema.

No Brasil, excetuando-se o Nordeste, vive-se sob a visão da superabundância de água. Embora efetivamente seja um dos poucos países que têm água disponível em boa quantidade, verifica-se que sua população⁹ está concentrada em uma área de apenas 0,1% do território nacional, em regiões com elevada escassez hídrica excetuando-se as cidades de Porto Alegre, Manaus e Belém.

Em São Paulo a situação não é muito diferente do restante do país. Atualmente, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com 18 milhões de habitantes situados na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, tem sido incapaz de satisfazer a demanda de 63 m³/s, apesar de diversos investimentos. Cinquenta por cento da água distribuída na região é importada de outra bacia, a do Rio Piracicaba, cujo crescimento demográfico, industrial e comercial tem provocado tensões sobre o uso da água (PORTO, 20034).

Além da questão em foco no 5º Fórum Mundial sobre a privatização dos serviços da água é importante refletir, por exemplo, que percentagem da população compra água engarrafada para beber, muitas vezes provinda de poços que são perfurados e se abastecem nos aquíferos subterrâneos, sem o menor controle tanto do processo de coleta, quanto da qualidade da água vendida, gerando enormes lucros para as distribuidoras. E ainda como está a apropriação empresarial das fontes minerais e dos reservatórios (mananciais) de água, dos aquíferos, pelas empresas de cervejas, refrigerantes, coca-cola, etc, em que a água entra como principal insumo. Alguma coisa semelhante ocorre com a produção de cana de açúcar, soja e as grandes monoculturas, que se expandem com a concentração da propriedade da terra, e que se utilizam da água, e nestes casos, sem um pagamento pelo insumo. Este uso intenso da água, principalmente no agronegócio e na indústria, ocorre num ritmo mais acelerado que a reposição feita pelo ciclo natural das águas. Dessa forma, muitos mananciais estão sendo eliminados pelo uso que se faz deles. E ainda ao devolver a água para seu ciclo natural, ela vem contaminada pelos agrotóxicos da agricultura e pela química da indústria.

É importante refletir sobre como estão sendo privatizados os territórios de água nos pólos gelados, como está a posse da terra, por exemplo, sobre o Aquífero Guarani, onde o desenho do mapa da soja, se sobrepõe ao do aquífero, o que pode comprometer o abastecimento inclusive às gerações futuras, o avanço da soja e cana-de-açúcar no oeste do país sobre o Pantanal e o Amazonas, os ganhos das construtoras com as estruturas industriais dos serviços de abastecimento. Insensatas propostas de transferência de água, como por exemplo, em São Paulo, em que o governo e a Sabesp, ao invés de cuidar do tratamento da água, tem um enorme projeto de trazer água para abastecer a cidade de São Paulo desde o Vale do Ribeira. Uma obra de bilhões de dólares custeada pelo dinheiro público. Construção desenfreada de grandes barragens e represas, deslocando (melhor, desestruturando e extinguindo) populações inteiras de pequenos produtores, os enormes projetos de represas e transformação dos rios para atender aos inequívocos propósitos do IIRSA (Iniciativa pela Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana)¹⁰, etc.

⁹Cerca de 1/3 da população atual, 54,9 milhões de habitantes, residem nas 13 maiores cidades do país.

¹⁰ Ver sobre isso, referencias.

São questões polêmicas e urgentes e certamente podem comprometer a vida de milhões de pessoas e as gerações futuras.

Como diz Vandana Shiwa, “a água tornou-se o produto mais comercial do século. Isto pode soar estranho, mas é verdade. De fato, o que o petróleo foi para o século 20, a água é para o século 21”.¹¹

¹¹Página de Navdanya (2009).

REFERÊNCIAS

- ALJAZEERA. Disponível em:
<<http://english.aljazeera.net/focus/2009/03/200932093346987110.html>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- BLOG DO FÓRUM ALTERNATIVO. Disponível em:
<<http://worldwaterforum.blogspot.com/>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- GLEICK, P. H. Basic water requirements for human activities: Meeting basic needs. **Water International**, Johannesburg, v.21, n.2, p.83-92, 1996.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS [INESC]. Disponível em:
<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/pac-ou-iirsa-nacional>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- INTEGRACION SUR. Disponível em:
<<http://www.integracionsur.com/americalatina/NovoaGarzonIrsaFuturo.htm>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- INTERNATIONAL RIVERS. Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- LE MONDE. Disponível em:<<http://diplo.uol.com.br/2008-03,a2282>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- MELO, M. de F. **Água não é mercadoria**. 3 abr. 2009. Disponível em:
<<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3102>>. Acesso em 19 abr. 2009.
- NAVDANYA. Disponível em: <<http://www.navdanya.org/earthdcracy/water/index.htm>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- NEWSWIRE. Disponível em: <<http://www.newswire.ca>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Protocolo de Quito**. Nova York, 1997.
- PEOPLE'S WATER FORUM. Disponível em:
<<http://pwf.foodandwaterwatch.org/?Page=calendar>>. Acesso em 19 mar. 2009.
- PORTO, M. **Recursos hídricos e saneamento na Região Metropolitana de São Paulo**: um

desafio a tamanho da cidade. Brasília: Banco Mundial, 2003.

REUTERS BLOGS. Environment. Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/environment>>. Acesso em 19 mar. 2009.

RIOS VIVOS. Disponível em: <www.riosvivos.org.br/arquivos/2118962134.pdf>. Acesso em 19 mar. 2009.

SOBREVIVÊNCIA. Disponível em: <<http://www.sobrevivencia.org.py>>. Acesso em 19 mar. 2009.

TUNDISI, J.G. 2003. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. São Carlos: RiMa, 2003.

UNIVERSIA. **Política e governo**. Disponível em: <<http://www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1591&language=portuguese>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

WORLD WATER FORUM. Disponível em: <www.worldwaterforum5.org/>. Acesso em 19 mar. 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENÍCIO, T. D. **Água em São Paulo: políticas públicas; dinâmica urbana: um estudo da Bacia do Guarapiranga**. 1995. 104 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CUSTÓDIO, V. **A apropriação dos recursos hídricos e o abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 248 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRANÇA, E. (Coord.). **Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.

GONDOLO, G. C. F. **Bacia do Guarapiranga, região metropolitana de São Paulo: desafios de um sistema complexo à gestão ambiental**. São Paulo: PROCAM: USP 1996.

MARTINS, M. L. R. Moradia social e meio ambiente: regularização de loteamentos em área de mananciais na RMSP. In: SAMPAIO, M. R. A.; PEREIRA, P. C. X. **Profissionais da cidade: reunião de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2003. 139-154.

NEDER, R. T. **Avaliação da capacidade governativa de Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana.** São Paulo: FAPESP, 2000.

PRETTE, M. E. del. **Apropriação de recursos hídricos e conflitos sociais:** a gestão das áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo. 2000. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil:** capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 1999.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

SEABRA, O. C. de L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.** São Paulo: USP: FFLCH: Departamento de Geografia, 1987.

SETTI, A. A. et al. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos.** 2 ed. Brasília: ANA: Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Gestão das Águas. 6 Anos de Percurso.** São Paulo: SMA, 1997.

ANEXO

Declaração do Fórum Popular da Água

Após a Cidade do México em 2006, que foi um marco importante num trabalho contínuo do movimento global para a justiça na água, reunimos agora em Istambul, em mobilização contra o 5º Fórum Mundial da Água. Estamos aqui para deslegitimar este falso Fórum Mundial da Água, orientado por interesses corporativos, e dar voz à agenda positiva dos movimentos globais pela justiça na água!

Uma vez que estamos, na Turquia, não podemos ignorar que este país fornece um poderoso exemplo dos devastadores impactos destrutivos de políticas erradas de gestão dos recursos hídricos. O governo turco tem empurrado para a privatização dos serviços de água, bacias hidrográficas e tem planos de barragens em rios de todo o país. Ao longo de dez anos, as pessoas afetadas têm manifestado intensa oposição a estes projetos, em particular a barragem de Illüsü, que faz parte de um projeto mais vasto irrigação e produção energética conhecido como o Projeto Anatólia Sudeste (GAP). A Barragem de Illüsü é dos mais criticados projetos de barragem a nível mundial e é particularmente complexo e preocupante devido às suas implicações sobre a política internacional no Médio Oriente. A barragem está situada na região curda onde ocorrem reiteradas violações dos direitos humanos relacionadas

com a questão não resolvida do povo curdo. O governo turco está a utilizar a GAP para dificultar a subsistência do povo curdo e para eliminar os direitos políticos e culturais.

Nós, como movimento, estamos aqui para propor soluções para a crise da água e exigir que seja a Assembléia Geral da ONU a organizar o próximo fórum global sobre a água. A importante participação dos funcionários e representantes das Nações Unidas na nossa reunião é a prova de que algo mudou. Existe mudança de legitimidade, tangível e simbólica: do fórum oficial, organizado por interesses privados e pelo Conselho Mundial da Água, para os Fóruns dos Povos, organizado pela sociedade civil global, incluindo, agricultores, povos indígenas, ativistas, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, organizações e redes que lutam por todo o mundo na defesa da água e do território e pela comunidade.

Exortamos as Nações Unidas e os seus Estados-Membros a aceitar a sua obrigação, como legítima convergência de fóruns globais multilaterais, e a comprometer-se formalmente com a realização de um fórum sobre a água que esteja ligado a obrigações dos estados e seja responsável perante a comunidade global.

Apelamos a todas as organizações e governos, neste 5º Fórum Mundial da Água, para assumirem o compromisso de o tornar o último Fórum da Água controlado pelas grandes empresas. O mundo precisa do lançamento de um Fórum sobre a Água legítimo, responsável, transparente e democrático, no quadro da ONU e apoiados pelos seus Estados-Membros.

Confirmando, mais uma vez, a ilegitimidade do Fórum Mundial da Água, denunciámos a Declaração Ministerial, porque não reconhece a água como um direito humano universal nem a exclui dos acordos sobre o comércio global. Além disso, o projeto de resolução ignora o fracasso da privatização para garantir o acesso à água para todos e não tem em conta as recomendações positivas propostas pela insuficiente Resolução do Parlamento Europeu. Por último, a declaração promove a utilização de água para produzir energia a partir de centrais hidrelétricas e o aumento da produção de combustível a partir de produtos agrícolas, que conduzem a ainda maiores desigualdades e injustiças.

Reafirmamos e reforçamos os princípios e compromissos expressos na Declaração da Cidade do México em 2006: estamos a defender a água como elemento básico de toda a vida no planeta, como um instrumento fundamental e um direito humano inalienável; insistimos em que a solidariedade entre as gerações presentes e futuras deve ser garantida; rejeitamos todas as formas de privatização e declaramos que a gestão e controlo da água devem ser públicos, sociais, cooperativos, participativos, equitativos, e sem fins lucrativos; apelamos a uma gestão sustentável dos ecossistemas e à preservação da integridade do ciclo da água através da proteção e gestão adequada das bacias hidrográficas e do meio ambiente.

Somos contra o modelo económico e financeiro dominante, que prescreve a privatização, comercialização e empresariação da água e serviços sanitários públicos. Vamos combater este tipo de reforma destrutiva e não-participativa do sector público, tendo em consideração os resultados para as pessoas pobres dos resultados de práticas rígidas de recuperação de custos.

Desde 2006, no México, o movimento mundial da água justa tem continuado a desafiar as sociedades que controlam a água para fins lucrativos. Algumas das nossas propostas incluem: a recuperação dos serviços públicos que tinham sido privatizados; o fomento e execução de parcerias público-público; forçar a indústria de água engarrafadora a uma perda de receitas. Celebramos os resultados que alcançamos pelo reconhecimento da água como direito humano consagrado em várias constituições e leis nacionais.

Ao mesmo tempo, precisamos enfrentar as conseqüências das crises económica e ecológica. Não vamos pagar a crise deles! Não iremos salvar este imperfeito e insustentável modelo, que se tem vindo a transformar: despesas privadas inexplicáveis que se tornam uma

enorme dívida pública, que transformou água e o bem comum em mercadoria, que transformou toda a Natureza em matérias-primas de um armazém ao ar livre.

A interdependência básica entre a água e as alterações climáticas é reconhecida pela comunidade científica e é sublinhada também pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Portanto, não devemos aceitar respostas para o caos climático no sector da energia que seguem a mesma lógica que causou a crise. Esta é uma lógica que compromete a quantidade e a qualidade da água e da vida, que é baseada em barragens, centrais nucleares e plantações de agro-combustível. Em Dezembro de 2009, vamos levar as nossas preocupações e propostas à Conferência da Mudança Climática das Nações Unidas, em Copenhagem.

Além disso, o modelo dominante de agricultura industrial intensiva contamina e destrói os recursos hídricos, empobrece solos agrícolas e afecta a soberania alimentar, com um enorme impacto sobre a vida e a saúde pública. A partir da experiência frutuosa do Fórum Social Mundial de Belém, estamos empenhados em reforçar o papel estratégico da aliança entre os movimentos da água, da terra, comida e clima.

Também nos comprometemos a continuar a construir redes sociais e novas alianças, para envolver autoridades locais e parlamentares, que estejam determinadas em defender a água como um bem comum e para reafirmar o direito a água fresca para todos os seres humanos e para a natureza. Estamos também a incentivar a instituição de associações nacionais e redes regionais.

Celebramos os resultados até aqui alcançados e esperamos continuar os processos de colaboração entre países e continentes!¹²

¹² Fonte: Esquerda.net - <<http://www.esquerda.net/>>
Ver também <<http://www.peopleswaterforum.org/>>,
<http://www.tni.org/detail_page.phtml?&act_id=19343>,
<<http://waterblog.world-psi.org/2009/03/peoples-water-forum-declaration-2009.html>>,
<<http://www.aguadetodos.com/content/view/43/9/>>,
<http://www.aguadetodos.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=43>.